

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUIZA CAMPOS NEVES

**A EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA FAST FASHION SOB A ÓTICA
DA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO**

GOIÂNIA

2020

LUIZA CAMPOS NEVES

**A EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA FAST FASHION SOB A ÓTICA
DA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador (a): Dr^a. Maria Cristina N. Ferreira Neto

GOIÂNIA

2020

Neves, Luiza Campos. 2020.

A Exploração da Mão-de-Obra no Fast Fashion Sob a Ótica da Teoria do Sistema Mundo / Luiza Campos Neves. – Goiânia, 2020.

Total de folhas: 54 p. il.

Orientador: Prof. Dr^a. Maria Cristina N. F. Neto

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais, Goiânia, 2020.

1. exploração da mão-de-obra. 2. sistema mundo. 3. fast fashion. 4. consumo. 5. globalização. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais. II. A Exploração da Mão-de-Obra no Fast Fashion Sob a Ótica da Teoria do Sistema Mundo.

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUIZA CAMPOS NEVES

A EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA FAST FASHION SOB A ÓTICA DA TEORIA
DO SISTEMA MUNDO

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito e Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador (a): Maria Cristina Ferreira Nunes

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina N. F. Neto (Orientadora)

Prof. Me. Renzo Nery

Prof. Me. Marcos Costa Freitas

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus pela vida e por todas as bênçãos concedidas a mim para que chegasse até o presente momento.

À minha família, especialmente meus pais, Marlene e Francisco; ao meu padrasto, Tiago, e a minha irmã, Kamila, por todo o apoio e confiança que depositaram em mim, por não me deixarem desistir e por todo o amor incondicional. Nada disso seria possível sem vocês.

Aos meus amigos, Leticya, Maity, Neusa, Raphael e Victória, pelo companheirismo e incentivo durante todos esses anos.

E, por fim, a todos os professores que já passaram pela minha vida, em especial minha orientadora, Maria Cristina, pelo incentivo, cooperação, paciência e carinho.

Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo desenvolver e expor a relação entre o modelo de mercado do *Fast Fashion* e a terceirização da economia de baixo custo gerando, conseqüentemente, a exploração da mão-de-obra nos países subdesenvolvidos. Dessa forma, o presente trabalho aborda a exploração da mão-de-obra na indústria da moda, mais especificamente no modelo de mercado da *Fast Fashion*, destacando os efeitos causados pela produção imediatista nos processos de confecção, distribuição e consumo. Além disso, são utilizadas a Teoria do Sistema Mundo para ilustrar os motivos pelos quais a população periférica é submetida à exploração trabalhista e a razão por trás da aceitação de imposições indignas de trabalho. Ademais, estabelece-se uma correlação entre ambas fundamentações em que a Teoria em questão auxiliará no esclarecimento da cadeia produtiva do fenômeno *fast fashion* e sua eminente exploração trabalhista a condição análoga à escravidão.

Palavras chave: Exploração da mão-de-obra; Sistema Mundo; *Fast Fashion*; Consumo; Globalização.

ABSTRACT

This work aims to develop and expose the relationship between the Fast Fashion market model and an outsourcing of the low cost economy, consequently generating an exploitation of labor in underdeveloped countries. Thus, the present work addresses the exploitation of labor in the fashion industry, more specifically in the Fast Fashion market model, highlighting the effects caused by immediate production in the processes of manufacture, distribution and consumption. In addition, the World System Theory is used to illustrate the reasons to which the peripheral population is subjected to labor exploitation and the reason behind the acceptance of unworthy labor impositions. In addition, there is a correlation between both foundations where the Theory in question will assist in clarifying the production chain of the fast fashion phenomenon and its eminent labor exploitation, a condition analogous to slavery.

Key Words: Exploitation of labor; World-System; Fast Fashion; Consumption; Globalization.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1. A GLOBALIZAÇÃO E SEUS MEIOS PRODUTIVOS	11
1.1. O Trabalho em Tempos de Mundialização: remodelação da produção.	11
1.2. A Nova Sociedade do Consumo em um “mundo líquido”.	16
2. O SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA NA CONTEMPORANEIDADE	24
2.1. A Teoria de Wallerstein Immanuel	24
2.2. Estados Centrais e Estados Periféricos na economia de mercado global.	29
2.3. A Precarização do Trabalho e do Trabalhador	32
3. O MODELO DE MERCADO FAST FASHION GERANDO TRABALHO ESCRAVO	38
3.1. A Nova Perspectiva de Mercado: faturar a qualquer preço.	38
3.2. O CASO PRIMARK	40
3.3. Fast Fashion: Democratização ou Escravidão?	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

A *Fast Fashion* é um modelo de mercado que, apesar de recente, é tem sido relevante na indústria da moda, conquistando marcas tradicionais consolidadas, pequenas empresas e, até mesmo, grandes marcas varejistas. Apesar da inovação no modo de produzir, da rapidez com que os vestuários chegam às lojas a cada mês para satisfazer as vontades dos compradores finais, a maioria desses consumidores não sabem o que acontece nos “bastidores” dessa produção.

A confecção de uma coleção de roupas possui alguns sacrifícios que não são expostos aos clientes, favorecendo o consumo indiscriminado e a produção cada vez mais acelerada. No entanto, para atender a alta demanda de novos produtos em curto prazo, esse mercado recorre às forças laborais de baixo custo oferecidas pelos países subdesenvolvidos, onde os mais necessitados aceitam trabalhar em locais insalubres e com uma carga horária excessiva.

O que acontece na indústria da moda é a crescente competitividade e sua consequente busca por preços menores, pois a maioria dos consumidores sempre buscam produtos baratos, levando em conta as novidades que chegam às lojas semestralmente. Logo, para suprir a procura de novos itens, as grandes empresas contratam os fornecedores que aceitam suas baixas remunerações por produto produzido, chegando ao trabalhador terceirizado apenas uma reduzida quantia.

Portanto, o argumento sustentado neste trabalho é que a existência e a emergência dos novos meios de consumo e da produção da *Fast Fashion* redimensionaram a exploração da mão-de-obra e, ao mesmo tempo, tende a recair sobre os consumidores, pois resulta num modelo de mercado que emprega indivíduos das áreas periféricas e semiperiféricas, devido o baixo custo, além de condições de trabalho análogas às de escravos.

Para elucidar os motivos aos quais esses indivíduos “aceitam” as condições impostas por seus contratantes, este estudo respalda-se em aportes teóricos sobre o sistema de produção Toyotista na perspectiva de Gounet (1999) e, especialmente, na Teoria do Sistema Mundo tendo como autores basilares Immanuel Wallerstein (2004), Giovanni Arrighi e Jessica Drangel (1986).

Originado em 1948 no Japão, o Sistema Toyota de Produção surgiu com o intuito de recuperar as indústrias prejudicadas pelo pós-guerra, criando um modelo industrial flexível para fabricar produtos com custos reduzidos.

Na visão de Wallerstein (1990), o mundo está dividido em centro (países desenvolvidos), semiperiferia (países em desenvolvimento) e periferia (países subdesenvolvidos). Essa classificação facilita a visualização quanto aos Estados que movimentam o capital e os Estados que fornecem mão-de-obra, seja ela semiquificada ou não qualificada.

Deste modo, é possível compreender, de maneira objetiva, como a Teoria do Sistema Mundo pode explicar o sistema socioeconômico-político que movimenta o mercado e porque a escolha por servidores terceirizados ainda é tão expressiva.

1. A GLOBALIZAÇÃO E SEUS MEIOS PRODUTIVOS

Este capítulo analisa o cenário internacional a partir do processo de globalização, principalmente na economia, paralelo à emergência de um novo modelo de mercado e de consumo nas duas últimas décadas do século XX. Devido ao surgimento de um novo modelo de mercado, foi necessário modificar a forma de produzir para atender às crescentes demandas, resultando numa nova divisão internacional do trabalho. Por conseguinte, houve uma reestruturação produtiva que contribuiu para o surgimento de novos modelos de produção, como por exemplo, o Toyotismo, remodelando toda a noção de consumo praticada até então.

1.1. O Trabalho em Tempos de Mundialização: remodelação da produção.

O autor Carlos Eduardo Martins (2011) afirma que as forças produtivas conduzem a vida humana, pois são constituídas por valores e elementos organizadores do trabalho coletivo, do objeto e da força de trabalho e dos instrumentos de produção. Além disso, essas forças produtivas envolvem relações que expandem sua estrutura como, por exemplo, propriedade de trabalho, distribuição, troca e consumo.

Para Martins (2011), o desenvolvimento da Revolução Industrial no século XIX na Europa, que desencadeou movimentos migratórios das áreas rurais para os grandes centros, originou inúmeras unidades de trabalho que, ao longo do tempo, colaboraram para o progresso de um Estado. Assim, a força de trabalho tornou-se cada vez mais depreciada devido a integração da ciência nos meios de produção, dando lugar ao uso intensivo de máquinas e ao trabalho qualificado:

A ciência se incorpora à produção, mas sem revolucionar os fundamentos da divisão do trabalho que constituem o trabalho coletivo. Este se divide entre uma grande massa de operários que despende, sobretudo fisicamente, de sua força de trabalho e um pequeno contingente de gestores, engenheiros e tecnólogos que organizam a expansão técnica e financeira do sistema de máquinas. (MARTINS, 2011, p.115).

Com a inserção da ciência na produção e o conseqüente crescimento da economia, como explicita Martins (2011), houve o início de uma nova revolução denominada Revolução Técnico-Científica. Esse período ocorre quando “as relações

de produção passam a se apoiar cada vez mais nas relações de propriedade do que nas relações de trabalho” (MARTINS, 2011, p.116), fazendo com que o capital dificultasse o desenvolvimento da economia-mundo. Essa dificuldade foi reflexo das novas forças de produção que estavam pautadas na concorrência e na mais-valia, desviando os interesses produtivos para os interesses de propriedade, além da diminuição de custos da manufatura e a inserção da tecnologia.

A revolução técnico-científica generaliza o paradigma microeletrônico, nos anos 1970 e 1980, e estabelece as bases materiais da globalização. Afirma-se o princípio automático na economia-mundo e o trabalho se desloca para fora da produção. Criam-se as condições materiais para a gestão global, pois as tecnologias de comunicação produzem massivamente informações em tempo real e eliminam as distâncias para a sua circulação. (MARTINS, 2011, p.117).

Outrossim, Martins (2011) discorre sobre a economia política desenvolvida pela globalização que começa a atuar no mercado internacional da economia-mundo devido ao crescimento nos níveis de produção e, conseqüentemente, a formação de uma divisão do trabalho globalizada.

Essa integração citada pelo autor tornou-se possível em razão das tecnologias de informação que possibilitaram as trocas de dados, flexibilizando o sistema de produção, aumentando seus custos e potencializando investimentos nas instituições. Deste modo, uma determinada empresa não precisa atuar num mercado específico, ela pode produzir peças para produtos compatíveis, mas voltado para o mercado global.

Com base neste cenário, Martins (2011) afirma que uma nova divisão internacional do trabalho, juntamente com suas forças produtivas, é criada pelo capitalismo na economia-mundo. Os países centrais passam a aprimorar a produção de peças com valor agregado elevado e, assim, otimizam áreas de pesquisas e novas tecnologias. Em decorrência disso, nota-se um movimento de descentralização dos bens materiais produzidos que fornecem valor ao centro, impactando os países periféricos.

Para Martins (2011), com o surgimento das empresas globais, a divisão internacional do trabalho dos países periféricos e semiperiféricos passam a concentrar, gradativamente, seus meios de produção ao mercado mundial. Ademais, segundo o autor, “o trabalho superexplorado desses países se articula a níveis

tecnológicos cada vez mais elevados” (MARTINS, 2011, p.119), resultando no declínio das taxas de lucro da burguesia nacional (maior parte do emprego na economia-mundo) e grande nível de desemprego.

De acordo com Martins (2011), a diminuição do trabalho produtivo é expressa pela redução do número de trabalhadores voltados à produção, pois eles não identificam igualdade na crescente geração de empregos atribuídos às atividades relacionadas a uma nova organização das forças produtivas. Por esse motivo, ao final dos anos 1970, observa-se uma elevação nos números de pessoas desempregadas, na precarização da mão-de-obra e na incidência do trabalho qualificado.

O desenvolvimento do capitalismo cria, assim, os fundamentos de seu próprio desmoronamento. Ao ser a redução do valor da força de trabalho o fundamento da valorização do capital, quanto mais reduzida for sua porção na jornada de trabalho, menor será a taxa de incremento dessa valorização em proporção ao aumento da composição técnica. Isso se dá porque o aumento da produtividade incide sobre um denominador cada vez mais reduzido da fração que compõe a taxa de mais-valia. (MARTINS, 2011, p.120).

Conforme Martins (2011), ao invés de beneficiar acumulação de capital, a mais-valia se tornou uma barreira à sua expansão. Um exemplo citado pelo autor (2011), são as jornadas de trabalho que duravam cerca de 10 horas, sendo 8 horas focadas na reprodução da força de trabalho, e que agora essas 8 horas são direcionadas a mais-valia, enquanto as 2 horas restantes são focadas na força de trabalho. Sendo assim, é possível compreender que o capital está orientado à exploração do excedente da mais-valia que modifica a distribuição global sem elevá-la, favorecendo o capital individual.

O capital individual, segundo análise de Martins (2011), procura fazer face à elaboração de um novo quadro institucional, aumentando assim o valor da mais-valia anexada à jornada de trabalho. De certo modo, eleva a qualificação, a intensidade do trabalho e a jornada coletiva de trabalho, estimulando novos métodos de integração social; em contrapartida, reage à imposição para diminuir a jornada de trabalho.

Em relação aos trabalhadores que constituem a revolução técnico-científica, Martins (2011) acredita que o aumento da produtividade e o custo para esta reprodução deve ser considerada na questão do fornecimento progressivo de

capital. Com o intuito de evitar a diminuição gradual no lucro entre oferta e demanda, o capital limita a busca de trabalho, propagando uma consequente exploração da mão-de-obra na economia mundial. Com isso, existem certas limitações nos métodos de integração social que conduziram a qualificação e intensidade de trabalho, impactando de forma negativa sua proliferação no que tange a rentabilidade, por exemplo, o Toyotismo.

Segundo Thomas Gounet (1999), a Toyota introduziu gradualmente uma nova organização de trabalho, entre as décadas de 1950 a 1970, com o propósito de fazer com que as empresas japonesas superassem as norte-americanas em termos de competitividade, pois corriam o risco de serem extintas.

Na visão de Gounet (1999), a produção é impulsionada pela demanda e o crescimento está relacionado ao fluxo. Um exemplo que o autor traz para ilustrar a lógica desse sistema, são os supermercados onde os clientes consomem o que estão nas prateleiras e, à medida que os produtos são comprados, a loja repõe o que foi adquirido às prateleiras. Desta forma, o consumo direciona toda a organização produtiva, fazendo com que as empresas não produzam excedentes, focando apenas no que foi vendido.

Existe um estoque mínimo de veículos apresentados aos clientes; estes escolhem seus carros; a Toyota então reconstitui o estoque em função do que foi vendido; produz os carros que faltam; mas, para isso, precisa dos componentes específicos dos modelos comprados; retira-os dos estoques; as indústrias de autopeças renovam então as reservas esgotadas; também elas devem ter peças e se aprovisionam em estoques previamente constituídos; e assim por diante. (GOUNET, 1999, p.26).

A versatilidade dos meios produtivos e sua adequação às oscilações da produção levam a uma organização do trabalho mais flexível. De acordo com Sabel e Piore (1984 *apud* ANTUNES, 2006, p.25), essa flexibilização ocorre como uma recusa a produção em grande escala, defendendo que esse modelo de trabalho mais modernizado e menos alienado pela fabricação em série seria o fator crucial para o êxito do toyotismo.

Na Toyota, desde 1955 um trabalhador opera em média cinco máquinas. Enquanto quatro delas funcionam automaticamente, ele carrega, descarrega, prepara a quinta. Se há duas máquinas para operar ao mesmo tempo, ele chama um colega. [...] é um trabalho de equipe; a relação homem-máquina torna-se a de uma equipe de

operários frente a um sistema automatizado; em segundo lugar, o trabalhador deve tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano, mas também para poder ajudar o colega quando preciso. (GOUNET, 1999, p.27).

Os fornecedores da Toyota, segundo Gounet (1999), tiveram que seguir algumas imposições do sistema de produção da empresa, são elas: flexibilidade máxima, as instalações deveriam estar a, no máximo, 20 Km de distância das fábricas com o objetivo de diminuir o transporte, uso do kanban¹ dentro da fábrica de autopeças. Sendo assim, as circunstâncias de trabalho tornaram-se mais intensas nas áreas terceirizadas (diminuição dos salários de 30% a 50%), a montadora estabiliza os preços, prazos e qualidade dessas fábricas, produzindo automóveis a valores menores, *just-in-time* e de alta qualidade.

[...] é um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada. (GOUNET, 1999, p.29).

Com o intuito de cumprir as exigências do mercado, a intensificação da mão-de-obra aumenta exponencialmente, atingindo seu auge. Gounet (1999) explica que a relação que existia no fordismo entre um homem/uma máquina, no toyotismo passaria a ser uma equipe/para um sistema, onde um homem operaria inúmeras máquinas, tornando-o um trabalhador multifuncional. Além disso, quando a produção sofre uma flexibilização, conseqüentemente, o trabalho e seus subordinados também são flexibilizados, ou seja, para que haja inovação na fabricação das peças, é preciso que os meios de produção e os funcionários acompanhem tal modificação. De acordo com esse cenário de flexibilização, é possível analisar a elevação da exploração da mão-de-obra na Toyota, pois a empresa confecciona veículos com uma parcela mínima de empregados trabalhando em situações comerciais abaixo do esperado. Porém, se as vendas aumentam, os funcionários são forçados a trabalhar horas suplementares ou operários provisórios são admitidos, sem alteração nos salários (independente da qualificação), como determina a política básica do modelo toyotista.

¹ Para Gounet (1999), o kanban são placas utilizadas para a reposição de peças; é a senha usada para informar a necessidade de reposição de determinado produto.

O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos 70. Em lugar do trabalho desqualificado, o operário é levado à polivalência. Em vez da linha individualizada, ele integra uma equipe. No lugar da produção em massa, para desconhecidos, trabalha um elemento para “satisfazer” a equipe que vem depois da sua na cadeia. Em suma, o toyotismo elimina, aparentemente, o trabalho repetitivo, ultra simplificado, desmotivante, embrutecedor. Afinal chegou a hora do enriquecimento profissional, do cliente satisfeito, do controle de qualidade. (GOUNET, 1999, p.33).

1.2. A Nova Sociedade do Consumo em um “mundo líquido”.

O sociólogo Zygmunt Bauman (2008), ao analisar esse novo cenário em tela, revela-nos a realidade da "sociedade líquida-moderna" que transforma os indivíduos em mercadorias, situação até então ocultada pelo mercado consumidor. Diante dos discursos enaltecendo ao mercado, Bauman (2008) aponta o mercado de consumo como um espaço social, onde a sociedade é, além de compradora, uma mercadoria, demandando mudanças para se adaptar à realidade líquida e tornar-se relevante na visão dos consumidores. Deste modo, o autor defende o estabelecimento de algumas regras válidas para todos os mercados:

Primeira: o destino final de toda mercadoria colocada à venda é ser consumida por compradores. Segunda: os compradores desejam obter mercadorias para consumo se, e apenas se, consumi-las por algo que prometa satisfazer seus desejos. Terceira: o preço que o potencial consumidor em busca de satisfação está preparado para pagar pelas mercadorias em oferta dependerá da credibilidade dessa promessa e da intensidade desses desejos (BAUMAN, 2008, p.18).

As mudanças trazidas pela globalização e a consequente chegada da modernidade-líquida afetam muito o dia-a-dia das pessoas. Bauman (2008), acredita que um dos resultados da globalização foi a nova estrutura do conceito de “exclusão social”, que aumentou sobremaneira o distanciamento individual. A profunda desigualdade gerada pela globalização é causada pela retração do espaço e do tempo, permitindo concluir que essa nova ordem sob a estrutura da "economia política da incerteza", estabelecida pelo autor (2008) como um conjunto de regras usadas para desequilibrar as regras impostas por poder extraterritorial sobre as finanças, capitalismo e comércio das autoridades locais. Portanto, nada existirá por muito tempo, porque a economia política da incerteza destrói tudo. Embora o capital

possa circular livremente, a política ainda é local, pois a globalização tira-lhe o poder político por figurar um local abstrato.

Para Bauman (2008), a vida passou a ser suscetível a eventos extraterritoriais, que abalam diretamente o comportamento humano e as organizações. A participação de ideias entre comunidades é rejeitada e as pessoas começam a se privar em diferentes dimensões da vida social, tentando sentir segurança de alguma forma. Elas tendem a perder o interesse na ação coletiva e nas redes de solidariedade social, e delegam poderes aos seus representantes.

Bauman (2008) acredita que todo o processo de transformação levou à fragmentação e à instabilidade das relações interpessoais, fazendo com que as relações sociais se tornassem independentes. Deste modo, é possível observar o isolamento cada vez maior da sociedade, pois fazem parte da estratégia de sobrevivência das grandes cidades. Atualmente, os cercados não são mais usados para proteger cidades, mas para isolar os indivíduos com suas próprias cercas para proteger-se uns dos outros em suas residências.

A modernidade-líquida de Bauman (2008), proporcionada pela globalização e pela modernidade, ofereceu consequências para a vida das pessoas, como o medo, a insegurança, a incerteza e a fragilidade dos vínculos. Com o extremismo do individualismo, todas as formas de interação social que dependem da reciprocidade foram reprimidas. Com isso, a liberdade pessoal não é mais uma busca imposta aos outros, pois o mundo se enquadra numa sociedade de consumo, portanto, deve-se aproveitar desta liberdade em todos os aspectos. Essa é a identidade do homem contemporâneo que vê tudo como algo que pode ser consumido, até mesmo outros indivíduos.

A “sociedade de consumidores”, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. (BAUMAN, 2008, p. 71).

Portanto, para o autor (2008), não existe espaço para aqueles que não cumprem seus principais deveres sociais para se tornarem consumidores padrões. Diante disso, na sociedade contemporânea, avalia-se o poder de consumo de seus integrantes, que é a forma como os indivíduos vão ou não reconhecer seu valor na hierarquia social, ou seja, só é possível “garantir” sua posição quando exercer sua

função de consumidor regularmente. Do contrário, a sociedade de consumo exclui aqueles que não se adaptam e seguem esse formato.

Bauman (2008) afirma que essa modificação nas relações interpessoais também propiciaram o distanciamento emocional, encontrando no consumo sua principal fonte de satisfação e contentamento pessoal, como forma de preencher a sensação de vazio devido a vida líquido-moderna. Ademais, o consumo tornou-se uma forma de identidade pessoal, pois possibilita a obtenção de determinados bens e serviços, reconhecendo o pertencimento desse indivíduo a determinados grupos sociais. O autor também discorre sobre o fato de o consumo não ser apenas uma tendência, mas um direito e um dever da sociedade, proporcionando bem-estar e, por meio dela, demonstra a identidade pessoal. Para isso, aposta-se em publicidades dirigidas às crianças, dispondo de pesquisas de mercado e estratégias únicas para atrair a atenção de números cada vez maiores, apoiando o consumo.

Isto posto, a estrutura da identidade passa a ter vida curta, e a identidade pessoal fica sujeita à posse de certos produtos, ou seja, ao consumo.

O mundo construído de objetos duráveis foi substituído pelo de produtos disponíveis projetados para imediata obsolescência. Num mundo como esse, as identidades podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa. O horror da nova situação é que todo diligente trabalho de construção pode mostrar-se inútil; e o fascínio da nova situação, por outro lado, se acha no fato de não estar comprometida por experiências passadas, de nunca ser irrevogavelmente anulada, sempre mantendo as opções abertas. (BAUMAN, 1998, p. 112-113).

De acordo com a análise de Bauman (2008), o mundo passou por uma transição em sua composição pois, há pouco tempo atrás, os bens duráveis eram mais essenciais do que nos dias atuais, onde os bens, que perdem seu valor rapidamente, são os mais consumidos, mesmo que necessitem ser trocados frequentemente.

O sociólogo acredita que, para se tornar um indivíduo, é preciso continuar consumindo, pois, sua participação na sociedade passa a ser relevante a partir dos bens que adquire. Por meio das operações presentes nas relações sociais, baseadas, majoritariamente, nas relações sociais descartáveis e temporárias, reduzindo-se às relações de consumo, tornando-se efêmeros.

Bauman (2008) salienta que, numa sociedade de consumo, a identidade pessoal é temporária e precisa ser mudada constantemente, fazendo com que o

consumo seja um modo de construção da identidade, da mesma forma que as mercadorias são constantemente substituídas, rompendo com aquilo que lhes é seguro e estável. É importante repaginar as identidades individuais com certa frequência para se adaptar às mudanças causadas pela demanda do mercado, que decidem se o indivíduo fará parte dessa sociedade ou não.

Segundo Bauman (2008), com base no interesse em suprir a satisfação pessoal imediata, novas formas de relacionamento surgiram. Esse desejo transcende qualquer conhecimento de outros sexos e é baseado na cultura do consumo, em que a disponibilidade de pessoas e coisas proporciona um terreno propício para seu crescimento.

Bauman (2008), acredita que uma sociedade líquida não pode mais ser conduzida por regras de mercado definidas, elas precisam ser flexíveis e modificadas continuamente, além de não beneficiar a elaboração de projetos de vida quando os empregos que antes eram fixos, agora passam a ser temporários e terceirizados.

A partir deste cenário, Bauman (2008) observa que as relações de trabalho se tornam cada vez mais ultrapassadas e o próprio ambiente de trabalho também ficou instável. Deste modo, ao promover o trabalho provisório, de meio período, a desconsideração de contratos para formalizar a admissão, dentre outros, os direitos trabalhistas são afetados, aumentando ainda mais a precarização das relações laborais.

Para Bauman (2008), a vida para o consumo promove portabilidade e rapidez, sempre promovendo diversidade e inovação. Todavia, o que caracteriza o consumismo é a taxa de rotatividade de mercadorias e o uso e disposição subsequentes de outros produtos, ao invés da simples acumulação. De acordo com essa lógica, os indivíduos privilegiados são aqueles que podem se desfazer da mercadoria antes que esta fique ultrapassada ou que o consumidor fique entediado. A compra de bens não é conduzida pela sua utilização genuína ou pela real necessidade do comprador, mas pela cultura de consumir para se sentir parte da sociedade.

Na modernidade-líquida de Bauman (2008), o indivíduo se torna ímpar. O consumo tornou-se um meio de objetivação e instrumentalização das relações sociais. Torna-se a principal fonte de satisfação pessoal, além de ser também um meio para o sujeito estabelecer sua identidade como indivíduo. Isso se dá pela

condição de ter ou não ter determinados objetos de consumo e, a partir daí uma pessoa pode ou não assumir uma identidade.

Dessa forma, sob a ótica do autor (2008), os objetos são considerados objetos de consumo, e logo deixam de ser atrativos, essa é a lógica do processo, ou seja, com o consumo o encanto desaparece, por isso é necessário consumir constantemente. Ao possuir objetos de consumo, as pessoas se tornam indivíduos. A aquisição de bens não é guiada pela sua utilidade real ou pelas necessidades dos compradores, mas pela constituição de uma sociedade capitalista moderna posterior, da qual o produto deve ser obtido como principal forma de inserção e status social.

O autor (2011) explana que até as relações humanas são afetadas pelo consumo como modo ideal de se comportar na sociedade líquido-moderna. As outras pessoas também passam a ser consideradas objeto de consumo, demonstrando sua utilidade enquanto proporciona satisfação, tornando-se desnecessário quando não oferece mais proveito.

Bauman (2008) defende que, numa sociedade de consumo, devido à constante instabilidade e incerteza na vida, os consumidores muitas vezes esperam preencher suas próprias necessidades emocionais, o vazio interior e a existência. Perseguem sentimentos mais profundos, que garantem confiança, segurança, e parecem ser encontrados na hora de adquirir bens, pois trazem segurança e satisfação. O conceito de felicidade é visto como uma busca constante pelo consumo, mas esta é uma tentativa ilusória de garantir que a crença no consumo não acabe e continue a satisfazer a noção de que comprar um determinado produto trará satisfação plena.

De acordo com Bauman (2008), a busca contínua da felicidade por meio do consumo tornou-se a ideologia norteadora da sociedade moderna. No entanto, essa busca irrestrita pelo consumo acabou levando a uma contínua insatisfação, pois os lançamentos nunca acabam, versões atualizadas de produtos antigos são produzidas, novas tecnologias continuam surgindo e as pessoas têm que consumir cada vez mais por causa de sua identidade, depende do seu comportamento perante o consumo. Outro fator negativo causado pela sociedade de consumo é o surgimento de vínculos findáveis diretamente ligados à satisfação pessoal gerada pelo consumo. A escolha pessoal desempenha um papel importante, podendo-se

dizer que, como atividade separada, a escolha pessoal não é propícia à formação de vínculos afetivos, agora regulados pelo mercado.

[...] o mundo formado e sustentado pela sociedade de consumidores fica claramente dividido entre as coisas a serem escolhidas e os que as escolhem; as mercadorias e seus consumidores: as coisas a serem consumidas e os seres humanos que as consomem. (BAUMAN, 2008, p. 20).

As relações emocionais em uma sociedade de consumo seguem, segundo Bauman (2008), as mesmas regras das relações comerciais. Portanto, uma vez que esses fatores são atualmente impulsionados pela velocidade de lançamento do produto, consumo e descarte rápido para que produtos mais novos possam substituí-los, qualquer coisa duradoura trará frustração e receio: não se deve aceitar que outros indivíduos ajam como empecilhos para diminuir o ritmo de vida de outras pessoas. Além disso, devido à concentração do mercado consumidor “na desvalorização imediata de suas antigas ofertas, a fim de limpar a área da demanda pública para que novas ofertas a preencham” (Bauman, 2008, p. 128), a insatisfação com a identidade adquirida nesta cultura consumista é eterna na vida de seus membros. Deste modo, “mudar de identidade, descartar o passado e procurar novos começos, lutando para renascer” (Bauman, 2008, p. 128), inclui seu próprio relacionamento emocional. Um novo relacionamento significa reacender uma nova identidade a cada vez, recuperando a esperança de felicidade.

Por outro lado, como consequência do processo de construção identitária, nesta sociedade as pessoas são, em primeiro lugar, mercadoria para depois ser indivíduo, por isso devem promover-se da melhor forma possível, tal como as propagandas. Deste modo, para Bauman (2008), nada mais adequado do que um site que realiza encontros *online* e as indispensáveis redes sociais, que são recursos que podem ser utilizados para reconciliar a relação entre pessoas compatíveis e minimizar situações embaraçosas que poderiam acontecer pessoalmente. Portanto, sob a proteção da tela do computador, as pessoas podem se apresentar em seu refúgio, listar as características umas das outras e tentar se tornar um produto ideal para que outros possam decidir se querem comprar e selecionar, ou seja, ao passo que são mercadorias, também são consumidores, podendo descartar essa “mercadoria” a qualquer hora, basta tornar as necessidades dos consumidores insatisfatórias.

Se o objeto de amor procurado deixa de marcar um ou vários pontos, o “comprador” potencial do mesmo deve desistir da “aquisição”, assim como o faria no caso de todos os outros produtos em oferta. Se, no entanto, a falha for revelada após a “aquisição”, o objeto fracassado do amor, tal como os outros bens do mercado, precisa ser descartado e substituído. (BAUMAN, 2008, p. 132-133)

Segundo Bauman (2008), a alienação de bens considerados obsoletos ou não mais satisfatórios para o proprietário é um sinal claro da semelhança entre as relações de mercado e as relações afetivas, ou seja, as leis que regem o mercado são amplamente utilizadas nas relações interpessoais. No entanto, aqueles que não puderem ser classificados como consumidores, por alguma razão, serão descartados. A categoria excluída além de ser um efeito, também é indispensável, ou seja, devem ser selecionadas pessoas que possam pertencer a um determinado grupo social.

As pessoas classificadas como “subclasse” são condenadas à exclusão social e consideradas incapazes de se afiliarem a uma sociedade que exige que seus membros participem do jogo do consumismo segundo as regras estabelecidas, justamente porque são, tal como os ricos e abastados, abertos às seduções muito bem amparadas do consumismo - embora, de forma distinta dos abastados e dos ricos, não possam de fato se dar ao luxo de serem seduzidos. (BAUMAN, 2008, p. 176).

Para que haja o cumprimento das regras estipuladas pela sociedade de consumo, Bauman (2008) cita a necessidade em manter um equilíbrio contínuo do estoque de mercadorias, de forma a fornecer sempre novos produtos e introduzir novos conteúdos que devem ser seguidos. Essas regras de mercado são facilmente absorvidas pela sociedade de consumo, e as relações interpessoais também se estabelecem, tornando-as descartáveis, efêmeras e acidentais, nas quais a quantidade é mais importante do que a qualidade. Além disso, devido à ampla intolerância a qualquer defeito de fabricação, os “consumidores” têm o direito de substituir imediatamente “produtos defeituosos” por produtos melhores, que são fáceis de encontrar em sites de relacionamento, incluindo aqueles que expõem informações pessoais livre para ser adquirido por quem tiver interesse.

Bauman (2008) acredita que, quando uma sociedade de consumo estabelece um padrão de gasto que determina a identidade de cada pessoa, seu consumo e capacidade de consumo determinam a identidade de cada um, de modo que as

peças que não podem assumir plenamente esse papel tornam-se invisíveis na sociedade. Portanto, essa ameaça à invisibilidade social causou uma típica crise de identidade contemporânea. Essa crise de identidade reflete a dificuldade de separar os desejos das expectativas impostas pela sociedade de consumo, é um sintoma da fluidez do pós-modernismo, que transforma tudo em mercadoria, numa sociedade que constrói relacionamentos para serem desfeitos e abandonados em um ritmo alarmante. Nesse caso, as maiores vítimas desse tipo de transformação de pessoas em mercadorias são aquelas que o autor chama de “baixas colaterais”, ou seja, aquelas que não atendem à principal exigência de indivíduos pertencentes a uma sociedade de consumo: consumir continuamente, mesmo que sem condições para tal ação.

Neste cenário de tanta fluidez em tempos de incertezas e inseguranças, se fez presente a necessidade imposta ao que estávamos convencidos a chamar de “mundo do trabalho” que, em resposta, apresentou a “reestruturação” e “reinvenção” do modo de produção de mercadorias que engendrou, por sua vez, transformações perversas no modo de viver e de se relacionar das pessoas.

2. O SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA NA CONTEMPORANEIDADE

No início da década de 1970, surgia uma nova perspectiva empírica capaz de compreender a realidade social moderna, denominada Sistema Mundo, caracterizada pela junção de diversas atividades econômicas essenciais e composta por uma variedade de atores interdependentes como governos, grupos sociais, organizações não governamentais, dentre outros.

2.1. A Teoria de Wallerstein Immanuel

Em contrapartida, a economia-mundo estabeleceu um sistema baseado nas trocas de mercadoria, consequência da necessidade de uma economia moderna no século XVI. Na visão de Wallerstein (2004), esse sistema foi formado a partir de cadeias de produção irregulares, excedente de capital acumulado e distribuído de maneira desigual, favorecendo as estruturas sociais que detinham maior controle de mercado.

Para o autor (2004), a economia-mundo capitalista era caracterizada pela divisão do trabalho entre os meios de produção periféricos e os meios de produção voltados para o centro, acarretando numa troca desigual, o que beneficiava os Estados centrais por acumularem uma quantidade maior de processos produtivos.

O sistema só pode ser considerado capitalista, na visão de Wallerstein (2004), quando há acumulação infinita de capital, como é o caso do sistema mundo

moderno, onde existe uma constante busca da sociedade por capital para conseguir acumular ainda mais, tornando-se uma ação contínua e ilimitada. Quando um sistema prioriza essa concentração de capital, quer dizer que aqueles que não seguem o mesmo padrão são excluídos do contexto social, enquanto os que seguem são retribuídos com bens e riquezas.

A lógica básica do sistema é a extração de tributos daqueles que, de outra forma, são produtores diretos localmente auto administrados (sobretudo rurais), que é passado para o centro e redistribuído entre uma fina, mas crucial, rede de funcionários. (WALLERSTEIN, 1999, p.459).

Deste modo, foi possível observar a desigualdade do comércio internacional, devido a predominância econômica de alguns países sobre outros menos dominantes que, segundo Wallerstein (2004), gerou uma mais-valia² dos países periféricos para o centro. A partir desse momento, a análise do sistema mundo passou a ganhar maior notoriedade, em virtude do crescimento das trocas desiguais, quando os estados monopolizados eram muito mais lucrativos do que os estados que optaram pelo sistema de livre mercado, derivando num maior escoamento da mais-valia para os países centrais.

A análise dos sistemas mundiais foi uma tentativa de combinar de forma coerente a preocupação com a unidade de análise, a preocupação com as temporalidades sociais e a preocupação com as barreiras que foram erguidas entre as diferentes disciplinas das ciências sociais. (WALLERSTEIN, 2004, p.16, tradução nossa)³

No século XVI surgia o Sistema Mundo Moderno, denominado por Wallerstein (2004) como uma economia-mundo capitalista, situado em algumas regiões do planeta, especialmente na Europa e nas Américas, estendendo-se gradativamente para todo o globo. A economia-mundo dispõe de elementos variados em sua constituição, ou seja, possui heterogeneidade política, religiosa, cultural, entre outros. No entanto, o fator que torna essa economia tão singular é a divisão da sua mão-de-obra.

² Mais-valia é a diferença entre valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, podendo aumentar a jornada de trabalho, enquanto mantém o salário fixo.

³ No original: World-systems analysis was an attempt to combine coherently concern with the unit of analysis, concern with social temporalities, and concern with the barriers that had been erected between different social science disciplines.

[...] economia mundial (a *économie-monde* de Braudel) é uma grande zona geográfica dentro da qual há uma divisão de trabalho e, portanto, troca interna significativa de bens básicos ou essenciais, bem como fluxos de capital e trabalho. (WALLERSTEIN, 2004, p. 23, tradução nossa)⁴

Um dos atributos cruciais presentes no sistema capitalista é o mercado. Para Wallerstein (2004), um mercado pode ser tanto um local físico onde ocorre a compra e venda de bens, quanto um espaço virtual que efetua as mesmas trocas. Apesar da economia-mundo contar com um mercado virtual amplamente difundido, existem intervenções que o tornam mais preservado, pois se houvesse um comércio totalmente livre seria improvável uma ilimitada acumulação de capital. Caso fosse possível um cenário onde produtores e consumidores tivessem ciência de todos os gastos produtivos, seria mais fácil negociar valores extremamente baixos, tornando o capitalismo irrelevante para os produtores e sua consequente perda estrutural social básica.

Pode-se pensar neste mercado virtual completo como um ímã para todos os produtores e compradores, cuja atração é um fator político constante na tomada de decisões de todos - os estados, as empresas, as famílias, as classes e os grupos de status (ou identidades). Este mercado mundial virtual completo é uma realidade na medida em que influencia todas as tomadas de decisão, mas nunca funciona plena e livremente (ou seja, sem interferência). (WALLERSTEIN, 2004, p. 25, tradução nossa)⁵

Na realidade, Wallerstein (2004) explica que o monopólio será sempre a melhor opção na visão dos fornecedores, pois eles conseguem determinar uma grande diferença entre os gastos na produção e os valores de venda, atingindo lucros mais altos. O autor esclarece que é quase impossível gerar monopólios perfeitos, mas a origem de quase-monopólios são viáveis e efetivos com a ajuda de um estado relativamente forte.

⁴ No original: world-economy (Braudel's *économie-monde*) is a large geographic zone within which there is a division of labor and hence significant internal exchange of basic or essential goods as well as flows of capital and labor.

⁵ No original: One can think of this complete virtual market as a magnet for all producers and buyers, whose pull is a constant political factor in the decision-making of everyone-the states, the firms, the households, the classes, and the status-groups (or identities). This complete virtual world market is a reality in that it influences all decision making, but it never functions fully and freely (that is, without interference).

Um dos mais fundamentais é o sistema de patentes que reservou direitos sobre uma "invenção" por um determinado número de anos. Isso é o que basicamente torna os "novos" produtos mais caros para os consumidores e mais lucrativos para seus produtores. Claro, as patentes são frequentemente violadas e, em qualquer caso, eventualmente expiram, mas em geral protegem um quase-monopólio por um tempo. Mesmo assim, a produção protegida por patentes geralmente permanece apenas um quase-monopólio, já que pode haver outros produtos semelhantes no mercado que não são cobertos pela patente. (WALLERSTEIN, 2004, p. 26, tradução nossa)⁶

Além do exemplo citado acima, existem outras formas, citadas por Wallerstein (2004), de criar quase-monopólios como as medidas protecionistas, financiamentos estatais, benefícios fiscais, a habilidade dos Estados mais poderosos de impedirem que Estados mais fracos restrinjam sua importação e exportação, e a disposição de alguns países de comprar determinadas mercadorias por quantias muito elevadas.

O autor (2004) afirma que os quase-monopólios são autoliquidáveis, mas possuem uma durabilidade razoável capaz de permitir uma boa acumulação de capital para quem os domina. No momento em que um quase-monopólio desaparece, seus controladores transferem seu capital para empresas ou produtos líderes, criando um ciclo vicioso, onde essas indústrias são continuamente substituídas, diminuindo os lucros e aumentando a competitividade. Geralmente, existe mais de uma companhia atuando no mesmo mercado virtual, elevando a concorrência, além dos embates com os fornecedores de matéria-prima e com os consumidores de suas mercadorias. Ademais, é bastante comum a decadência de empresas pela incapacidade de acumular dinheiro e isso favorece as companhias capitalistas mais fortes, pois elimina a concorrência e aumenta a concentração de capital.

Segundo Wallerstein (2004), a divisão do trabalho na economia-mundo capitalista separa a produção em dois modelos: centrais e periféricos. No entanto, existe uma terceira noção, denominada semiperiferia, que compreende métodos produtivos tanto centrais, quanto periféricos, ou seja, os processos controlados pelos

⁶ No original: One of the most fundamental is the system of patents which reserves rights in an "invention" for a specified number of years. This is what basically makes "new" products the most expensive for consumers and the most profitable for their producers. Of course, patents are often violated and in any case they eventually expire, but by and large they protect a quasi monopoly for a time. Even so, production protected by patents usually remains only a quasi-monopoly, since there may be other similar products on the market that are not covered by the patent.

quase-monopólios são referentes ao centro, enquanto os periféricos são os processos que demandam maior competitividade.

Quando ocorre a troca, os produtos competitivos ficam em uma posição fraca e os produtos quase monopolizados estão em uma posição forte. Como resultado, há um fluxo constante de mais-valia dos produtores de produtos periféricos para os produtores de produtos do tipo centrais. Isso tem sido chamado de troca desigual. (WALLERSTEIN, 2004, p. 28, tradução nossa).⁷

Ademais, existem outras formas de deslocar o capital de uma zona central para uma zona periférica, como a decorrência territorial centro-periferia observada pelo autor (2004), onde:

Processos semelhantes a núcleos tendem a se agrupar em alguns estados e a constituir a maior parte da atividade de produção nesses estados. Os processos periféricos tendem a se espalhar por um grande número de estados e a constituir a maior parte da atividade de produção nesses estados. [...] Alguns estados têm uma mistura quase uniforme de produtos do tipo centrais e periféricos. Podemos chamá-los de estados semiperiféricos. (WALLERSTEIN, 2004, p. 28, tradução nossa).⁸

De acordo com a exemplificação de Wallerstein (2004), em meados de 1800, a indústria têxtil era o processo mais próximo à noção de núcleo, fabricado em poucas regiões do globo, enquanto em 2000 tornou-se um processo periférico e depreciado, pois era produzido em maior escala. Com isso, é possível perceber que a função dos estados depende da quantidade de processos núcleo-periféricos que cada um exerce. As regiões centrais buscam preservar os quase-monopólios dos sistemas tipo *core* (centrais), ao passo que as regiões periféricas não possuem a mesma capacidade para modificarem a divisão do trabalho, sendo forçados a concordarem com as condições impostas.

As semiperiferias, na opinião do autor (2004), por reunir aspectos produtivos centrais e periféricos, encontram-se num contexto preocupante, pois a qualquer momento podem tornar-se um país periférico, sendo seu principal objetivo alcançar os países centrais. As regiões que abrangem a semiperiferia, possuem interferência

⁷No original: When exchange occurs, competitive products are in a weak position and quasi-monopolized products are in a strong position. As a result, there is a constant flow of surplus-value from the producers of peripheral products to the producers of core-like products. This has been called unequal exchange.

⁸No original: Peripheral processes tend to be scattered among a large number of states and to constitute the bulk of the production activity in these states. [...] Some states have a near even mix of core-like and peripheral products. We may call them semiperipheral states.

do Estado na economia, além de contarem com políticas protecionistas que visam preservar suas instituições da possível concorrência com companhias mais fortes e torná-las mais eficazes. O autor aborda o conceito de produtos líderes, considerado o meio mais eficiente da semiperiferia para alcançar uma economia desenvolvida, onde a concorrência ocorre entre outros países semiperiféricos ao invés dos centrais.

Para Wallerstein (2004), as companhias líderes funcionam como um incentivo para a ampliação da economia-mundo, resultando numa notável acumulação de riquezas, maiores oportunidades de emprego e salários mais elevados, como é observado nos países centrais. Outrossim, quanto mais empresas adotam o quase-monopólio, maior a produção, ou seja, a demanda torna-se pequena em vista do excesso de mercadorias à venda, gerando concorrência de preços e diminuição dos lucros. Caso esse cenário persista, verifica-se uma concentração de itens não comercializados, fazendo com que haja uma recessão econômica, aumentando o desemprego, diminuindo despesas e, conseqüentemente, a lucratividade.

Um dos mecanismos é a realocação dos processos produtivos para zonas com salários historicamente mais baixos, ou seja, para países semiperiféricos. Essa mudança pressiona os níveis salariais nos processos que ainda permanecem nas zonas centrais, e os salários também tendem a diminuir. A demanda efetiva, que antes faltava por causa da superprodução, agora passa a faltar por causa da redução dos ganhos dos consumidores. Em tal situação, nem todos os produtores necessariamente perdem. (WALLERSTEIN, 2004, p. 30, tradução nossa)⁹

Para ilustrar, Wallerstein (2004) cita o Ciclo de Kondratieff¹⁰ que, em função da baixa rentabilidade dos processos mais relevantes, os recursos produtivos são transferidos para diminuir os gastos, elevando as taxas de desemprego dos países centrais, abalando a demanda mundial. Deste modo, a demanda pode ser recuperada caso haja um aumento nos honorários dos servidores comuns das regiões centrais, gerando demanda considerável para novos produtos líderes. Por outro lado, um aumento nos honorários pode reduzir a lucratividade das instituições,

⁹ No original: One of the mechanisms is relocation of the production processes to zones that have historically lower wages, that is, to semi peripheral countries. This shift puts pressure on the wage levels in the processes still remaining in core zones, and wages there tend to become lower as well. Effective demand which was at first lacking because of overproduction now becomes lacking because of a reduction in earnings of the consumers. In such a situation, not all producers necessarily lose out.

¹⁰ Segundo Wallerstein (2004), o Ciclo de Kondratieff possui um período de duração, onde apresenta duas fases: uma ascendente e uma descendente. (WALLERSTEIN, 2004, p. 31)

podendo ser neutralizados pela admissão de trabalhadores que aceitam uma renda inferior, mas que, mesmo assim, corresponde a um aumento na renda desses indivíduos. Os servidores assalariados são chamados, no sistema capitalista, de proletários, pois não possuem outras formas de subsistência a não ser sua própria força de trabalho.

2.2. Estados Centrais e Estados Periféricos na economia de mercado global.

Segundo Giovanni Arrighi e Jessica Drangel (1986), os estados englobam práticas simultâneas nas quais os países centrais tendem a ser um local para concentrar poder, enquanto os periféricos são fracos e explorados. A consolidação dessa desigualdade é comprovada pelas zonas semiperiféricas, onde ocorrem processos tanto relacionados ao centro, quanto às periferias.

Os autores (1986) afirmam que os estados semiperiféricos possuem duas atribuições expressivas. A primeira faz referência às trocas desiguais, situando-se entre os produtos exportados e a remuneração; a segunda, menciona a importância atribuída ao estado para controlar os mercados nacionais e internacionais. Ademais, a semiperiferia engloba as regiões mais diversificadas em termos produtivos, incluindo diferentes taxas de remuneração e um mercado variado.

Outrossim, Arrighi e Drangel (1986) explicam que o termo “semiperiferia” carrega certa ambiguidade, devendo ser utilizado exclusivamente para referir-se à divisão do trabalho, salientando que a fragmentação dos dois sistemas são uma singularidade da economia-mundo capitalista. Em contrapartida, os autores também defendem o empenho de agentes econômicos em passar sua tensão, referente a competitividade, para outros agentes.

Como resultado, os nós ou atividades econômicas de cada uma das cadeias de commodities tendem a se tornar polarizados em posições a partir das quais a pressão da concorrência foi transferida para outro lugar (atividades do tipo núcleo) e posições para as quais tal pressão foi transferida (atividades periféricas). (ARRIGHI; DRANGEL, 1986, p. 17, tradução nossa)¹¹

¹¹ No original: As a result, the nodes or economic activities of each and every commodity chain tend to become polarized into positions from which the pressure of competition has been transferred elsewhere (core-like activities) and positions to which such pressure has been transferred (peripheral activities).

Deste modo, as remunerações associadas às funções periféricas voltam-se para as baixas taxas salariais (maiores do que os elementos produtivos), enquanto a parcela que se encontra nas zonas centrais detém grande parte dos privilégios da divisão do trabalho.

Se as recompensas de cada classe de fatores de produção (salários, rendas e lucros), em oposição às recompensas agregadas, são maiores ou menores nas atividades centrais ou periféricas é uma questão diferente. Depende de como as recompensas agregadas são distribuídas entre salários, aluguéis e lucros dentro de cada atividade. (ARRIGHI; DRANGEL, 1986, p. 17, tradução nossa)¹²

Acredita-se, segundo Arrighi e Drangel (1986), que dentro da economia-mundo capitalista, o obstáculo mais relevante nesse cenário é que o controle da economia é bastante dependente da divisão do trabalho, onde as companhias capitalistas passam a ser, gradualmente, o meio mais aprimorado nesse envolvimento. Com isso, a dificuldade em aprimorar a organização de processos centro-periféricos é, em sua maioria, uma complicação em adquirir e expandir conexões com o capital central.

De acordo com a análise dos autores (1986), os países centrais possuem a habilidade de monitorar os locais que mais fornecem capital para seu sistema, proporcionando maior infraestrutura e serviços em operações correspondentes, além de gerar benefícios aos trabalhadores e instituições capitalistas. Deste modo, as regiões localizadas no centro administram os lucros do centro, podendo usufruir dessa renda tanto dentro de seu próprio território, quanto para adquirir mais lucro das regiões periféricas.

Tendo em vista a grande quantidade de países periféricos em comparação aos países centrais, Arrighi e Drangel (1986) afirma que é mais simples conseguir firmar acordos e obter privilégios quanto aos gastos nas localidades periféricas do que o contrário. Portanto, os privilégios concedidos ao centro pela periferia tornam-se mais “dependentes de um acesso gratuito às vantagens de receita das

¹² No original: Whether or not the rewards of each class of factors of production (wages, rents and profits), as opposed to aggregate rewards, are higher or lower in core or peripheral activities is a different issue. It depends on how aggregate rewards are distributed between wages, rents, and profits within each activity.

localizações centrais do que as últimas dependem de um acesso livre às primeiras” (ARRIGHI, 1986, p. 25, tradução nossa)¹³.

Os autores (1986) identificam as principais características dos estados centrais e dos estados periféricos. O primeiro contém um mercado mais satisfatório em termos de lucratividade, infraestrutura superior, eficiência e uma política capitalista mais positiva, onde os gastos elevados não são um empecilho, colaborando para a constante modernização dos processos necessários para o *status quo* da região. Em contrapartida, as zonas periféricas contêm um mercado segmentado, irregular, infraestrutura precária, mão-de-obra ineficiente, política contrária ao capitalismo por não conseguir acompanhá-la, acarretando a impossibilidade de modernizar essas regiões devido aos gastos mais elevados para inovações, atendo-se apenas aos gastos essenciais para a manutenção dos processos periféricos.

Além disso, Arrighi e Drangel (1986) discorrem sobre o vínculo entre países centrais e seu capital que são essenciais para que haja um crescimento na competência de ambos se estabilizarem e conseguirem vincular-se a outros processos majoritariamente centrais. Quando isso ocorre, naturalmente, os países periféricos encontram-se ainda mais impossibilitados de modificar sua realidade, permanecendo em atividades periféricas.

A relação entre as atividades políticas e econômicas na economia-mundo resulta numa organização regular da sociedade em decorrência dos processos centro-periféricos, como apresentado por Arrighi e Drangel (1986) na Imagem 1.

2.3. A Precarização do Trabalho e do Trabalhador

O autor Guy Standing (2011) expõe na obra “*The Precariat*” que em meados da década de 1970, alguns economistas apresentaram um modelo neoliberal em que defendiam que uma nação tornar-se-ia desenvolvida de acordo com a concorrência de mercado, potencializando a competitividade.

Um dos temas tratados pelo autor (2011) é que os países aumentaram a flexibilidade de seus mercados de trabalho, significando uma agenda de transferência de riscos e insegurança para os trabalhadores e suas famílias. O

¹³ No original: [...] “dependent” on a free access to the revenue advantages of core locations than the latter are dependent on a free access to the former.

resultado de tudo isso foi uma nação precária, composta por milhões de pessoas de todo o mundo, sem uma base estável para viver.

Destarte, essa população, totalmente precária, se torna uma classe mais perigosa, pois ficam propícios a ouvir os outros, usando seus votos e seu dinheiro para tornar suas vozes em plataformas políticas com maior influência. O sucesso da agenda "neoliberal", segundo Standing (2011), adotada por todos os tipos de classes, criou um monstro político inicial, devendo agir com a ação antes que o monstro ganhe mais vida. Eles não gostam de um governo centralizado com todo seu planejamento central, acreditavam que o mundo era um lugar cada vez mais aberto, onde o investimento, o emprego e a renda fluiriam nas condições mais favoráveis.

De acordo com Standing (2011), acreditava-se que, a menos que os países europeus em particular reduzissem os títulos acumulados para a classe trabalhadora industrial e para o setor público burocrático desde a Segunda Guerra Mundial, a menos que os sindicatos fossem "domesticados", a desindustrialização (que era um conceito novo na época) iria acelerar sobremaneira, o desemprego iria aumentar, o crescimento econômico iria desacelerar, o investimento fluiria e a pobreza radicalmente aumentaria, uma avaliação totalmente preocupante.

Para Standing (2011), embora seu diagnóstico fosse parcialmente razoável, seu prognóstico não era sensível. Nos 30 anos seguintes, essa tragédia foi exacerbada pelo fato de o partido socialdemocrata que estabeleceu o sistema que os neoliberais queriam dismantelar, depois de questionar brevemente o diagnóstico neoliberal, posteriormente recebeu um diagnóstico e uma previsão. A proposição neoliberal que surgiu na década de 1980 foi que os países precisavam buscar "flexibilidade do mercado de trabalho". A não ser que o mercado de trabalho fosse mais flexível, os custos trabalhistas aumentariam e as empresas mudariam a produção e o investimento para locais de custo mais baixo.

Standing (2011) explicita inúmeros aspectos da flexibilidade, como flexibilidade salarial significa acelerar ajustes às mudanças de acordo com a demanda, especialmente ajustes para redução; flexibilidade de emprego significa que as empresas têm a liberdade e a capacidade de mudar os níveis de emprego, especialmente mudanças para baixo, o que significa segurança e proteção reduzida no trabalho; flexibilidade no trabalho significa ser capaz de transferir funcionários dentro da empresa e mudar a estrutura de trabalho com oposição ou custo mínimo;

flexibilidade de habilidade significa ser capaz de ajustar facilmente as habilidades dos trabalhadores, etc. Em essência, a flexibilidade preconizada pelos impetuosos economistas neoclássicos significa sistematicamente tornar os funcionários mais inseguros, o que é considerado um preço necessário para manter o investimento e o trabalho. Cada revés econômico se deve, em parte, à inflexibilidade e às "reformas estruturais" do mercado de trabalho.

Com o desenvolvimento da globalização, governos e empresas perseguem uns aos outros para tornar suas relações de trabalho mais flexíveis, e o número de pessoas trabalhando de forma insegura também se multiplicou. Para o autor (2011), isso não é determinado tecnicamente. Com a difusão do trabalho flexível, a desigualdade se intensificou e a estrutura de classes que sustenta a sociedade industrial foi dando lugar a coisas mais complexas de forma gradativa, mas certamente não baseadas em classes.

Na visão de Standing (2011), as mudanças nas políticas e as respostas corporativas às diretrizes da economia de mercado global, desencadearam tendências que nunca foram antecipadas pelos neoliberais ou líderes políticos que colocaram suas ideologias em prática em todo o mundo. Milhões de pessoas em economias de mercado ricas e emergentes entraram no sistema precarizado. Este é um fenômeno novo, ainda que tenha uma sombra do passado. Os primeiros partidos não fazem parte da "classe operária" ou do "proletariado", onde esse último termo indica que esta sociedade é composta principalmente por trabalhadores de longa duração, estáveis por tempo determinado, com uma trajetória ascendente estabelecida e está vinculada por sindicatos e acordos coletivos.

Standing (2011) opina que, a maioria das pessoas que entram no "precarizado" não conhecem seus empregadores ou quantos colegas eles terão ou poderão ter no futuro. Eles também não são da "classe média" porque não possuem um salário estável, previsível ou o status e os benefícios que a classe média merece.

Com o desenvolvimento da década de 1990, mais e mais pessoas (não apenas nos países em desenvolvimento) encontravam-se no que economistas e antropólogos do desenvolvimento chamam de "informal". Segundo Standing (2011), eles podiam não encontrar essa maneira útil de se descrever, muito menos fazer com que os outros vissem um modo de vida e trabalho comum. Quando entraram na classe trabalhadora, quando for definido como de existência instável, haverá um momento de aprovação, amigos, parentes e colegas também estarão em algum tipo

de estado temporário, e não há garantia de que isso será o que farão em alguns anos, mesmo meses ou até semanas, normalmente, eles nem querem fazer isso.

O precariado de Standing (2011), pode ser descrito como um novo termo que combina o adjetivo "precário" e o substantivo relacionado "proletariado", sendo que apesar de certas limitações, o termo é frequentemente usado neste sentido. Do ponto de vista dos grupos sociais, pode-se dizer que, deixando de lado a sociedade agrícola, a era da globalização levou a uma cisão na estrutura de classes do país. Conforme a desigualdade aumentou e o mundo avançou para um mercado de trabalho aberto e flexível, as classes não desapareceram. Em vez disso, surgiu uma estrutura de classe global mais distribuída.

Durante séculos, "classe operária", "operários" e "proletariado" tornaram-se termos presentes em todas as culturas. De acordo com o autor (2011), as pessoas podiam se descrever por classe, enquanto outras podem reconhecê-las por suas roupas, falas e comportamentos.

Em geral, embora as antigas categorias ainda existam em todo o mundo, Standing (2011) identifica sete delas. No topo está a "elite", composta por alguns cidadãos globais absurdamente ricos que dominam o mundo, onde seus bilhões de dólares em riqueza estão entre os melhores da lista da Forbes e podem influenciar os governos de todos os países. Abaixo desse tipo de elite está o "salarial", seus componentes ainda mantêm um emprego estável em tempo integral, algumas pessoas querem entrar para a classe de elite, a maioria das pessoas apenas desfruta do mesmo tipo de armadilha, suas pensões, férias remuneradas e benefícios para os negócios são geralmente subsidiados pelo Estado. A folha de pagamento está concentrada em grandes empresas, órgãos governamentais e administração pública, incluindo servidores públicos, existem grupos mais "qualificados". O termo combina os conceitos tradicionais de "profissional" e "técnico", mas abrange aquelas habilidades que podem ser comercializadas e obter uma alta renda de contrato (como consultor ou autônomo). Os mais eficientes equivalem aos mais "munidos", que estão cheios de expectativas e vontade de mudar, ao invés do desejo de se envolver em um trabalho de longo prazo em tempo integral em uma empresa, pois a "relação de trabalho padrão" não é adequada para eles. Nos profissionais, em termos de renda, é o encolhimento do "núcleo" do trabalho manual que se encontra a essência da velha "classe trabalhadora". Eles devem ser levados em consideração ao estabelecer um Estado de bem-estar, bem

como o sistema de legislação trabalhista. No entanto, a brigada de trabalhadores industriais que formava o movimento operário definiu e perdeu seu senso de solidariedade social. Por fim, o precariado é constituído por pessoas com relação de confiança mínima com o capital ou com o Estado, o que o diferencia muito da categoria “salarial”. Além disso, não possui a mesma relação social contratual do proletariado, utiliza a segurança do trabalho em troca da subordinação e da lealdade temporária, tratando-se de um acordo não escrito para a manutenção do estado de bem-estar.

Standing (2011), cita uma forma de expressão do precariado, denominada “estado truncado”, onde sua estrutura de “renda social” não pode retratar perfeitamente o antigo conceito de classe ou ocupação. Embora esses aspectos estejam relacionados, não é correto equiparar a fixação com trabalhadores pobres ou simplesmente empregos instáveis.

A “precariedade” também significa falta de uma identidade segura no trabalho, e os trabalhadores em certos empregos de baixa renda podem estar estabelecendo uma carreira, alguns comentaristas vincularam essa ideia à falta de controle sobre o trabalho, isso é muito complicado, pois uma pessoa pode controlar vários aspectos do trabalho e da mão de obra, o desenvolvimento e uso de habilidades, enquanto existem muitos tipos de controles e controladores, não apenas o supervisor ou gerente padrão posicionados acima do trabalhador.

Será muito rigoroso dizer que os precariados são constituídos por pessoas que não podem controlar seu próprio trabalho, pois sempre há contradições e barganhas implícitas no espaço de trabalho duro, cooperação e uso de habilidades, mas o aspecto do controle tem a ver com a avaliação da sua situação.

Outra característica do precariado é sua renda instável e métodos de renda diferentes de todos os outros grupos. Isso pode ser comprovado pelo conceito de “renda social”, as pessoas em todo o mundo precisam de renda para sobreviver, no que diz respeito a sua produção deles ou de suas famílias, pode ser fluxo de caixa ou renda em espécie, podendo ser medido de acordo com a quantidade de expectativas de que precisam, na maioria das sociedades, grande parte das pessoas detêm várias fontes de renda, embora algumas pessoas possam viver com apenas uma.

Conforme Standing (2011) discorre, a composição da renda social pode ser dividida em seis elementos: a produção direta de autoprodução, alimentos, bens e

serviços, seja para consumo, troca ou venda, incluindo produtos que podem ser cultivados em hortas ou residências; há salário em dinheiro ou renda em dinheiro do trabalho; geralmente por meio de pedidos informais de assistência mútua, o valor do apoio da família ou da comunidade local; fornece benefícios comerciais a muitos funcionários; existem benefícios estatais, incluindo benefícios de seguridade social, assistência social, transferências conforme apropriadas, subsídios pagos diretamente ou por meio de empregadores e serviços sociais subsidiados; e, por fim, existem alguns benefícios privados de poupança e investimento.

Pela lógica de Standing (2011), cada um deles pode ser subdividido em formas mais ou menos seguras e garantidas que determinam seu valor total, ou seja, se alguém recebe um salário que pode fornecer a mesma renda para cada mês do ano seguinte, a renda recebida neste mês é mais do que a mesma renda em dinheiro com base nas mudanças no tempo e na programação de produção incerta do empregador, da mesma forma.

Os interesses nacionais, para Standing (2011), podem ser divididos entre os direitos de "cidadania", juntamente com os benefícios nacionais e de seguro, que dependem de contribuições anteriores, são, portanto, "garantidos" em princípio, e podem ou não fornecer transferência mais discricionária com base em circunstâncias imprevistas. Os benefícios da empresa podem ser subdivididos em elementos que cada pessoa pode aceitar na empresa, dependendo dos elementos do estado ou serviço anterior e dos elementos dados conforme o caso. O mesmo se aplica ao bem-estar da comunidade, que pode ser dividido em necessidades familiares ou relativas, e solicitações que podem ser feitas a toda a comunidade para apoio quando necessário.

O precariado de Standing (2011), pode ser observado pela estrutura única de renda social, que confere fragilidade muito além daquela veiculada pela renda monetária obtida em um determinado momento, podendo citar um exemplo que, durante um período de rápida comercialização econômica em um país em desenvolvimento, muitos novos grupos que entraram em um estado de instabilidade descobriram que haviam perdido os interesses tradicionais da comunidade em vez de ganhar interesses comerciais ou nacionais. Destarte, eles são mais vulneráveis do que muitas pessoas de baixa renda que mantêm formas tradicionais de apoio comunitário, e mais vulneráveis do que funcionários assalariados que têm renda em moeda semelhante, mas podem desfrutar de vários benefícios comerciais e estatais.

Segundo o autor (2011), as características do precariado não são salários em espécie ou níveis de renda em um determinado momento, mas falta de apoio da comunidade quando necessário, falta de negócios garantidos ou benefícios do estado e falta de benefícios privados para complementar a renda.

Além do trabalho inseguro e da renda social instável, os trabalhadores instáveis não têm identidades baseadas no trabalho, quando são contratados, o seu trabalho era sem carreira, sem tradição de memória social, sem obsessão por práticas estáveis, ética e códigos de conduta e um sentimento de pertença a uma comunidade profissional recíproca e amigável.

Outra forma de observar as pessoas que são denominadas de precariado, na lógica de Standing (2011), é a forma como as pessoas são precarizadas, este termo desajeitado é semelhante a "proletarização", que descreve as forças que levaram à empregabilidade dos trabalhadores no século XIX. Podemos concluir que o precariado suportou a pressão e a experiência de sobrevivência, vivendo no presente, o que leva a pressões perigosas, sem a identidade segura ou consciência de desenvolvimento realizada através do trabalho e estilo de vida.

3. O MODELO DE MERCADO FAST FASHION GERANDO TRABALHO ESCRAVO

O termo *Fast Fashion* trata-se de uma moda rápida, utilizado para designar a renovação constante das peças comercializadas no varejo da moda. Este conceito surgiu no final dos anos 1990, como expressão utilizada pela empresa para identificar a atualização da velocidade dos produtos de moda nas grandes varejistas.

O *Fast Fashion*, foi criado na Europa por grandes varejistas e foi aderido no Brasil também por grandes redes do varejo. O investimento na política de produção rápida e contínua de peças, colaboram para que coleções sejam criadas e trocadas semanalmente, como veremos neste capítulo.

3.1. A Nova Perspectiva de Mercado: faturar a qualquer preço.

As empresas de *fast fashion* utilizam o design de consumo "fast", semelhante ao termo que remete à cadeia da alimentação, onde toma uma velocidade

considerável no mercado, tornando-se muito competitiva devido a criação de inúmeras redes. Essa rede envolve, por diversas vezes, os custos baixos aplicados nos seus produtos, pois são obtidos pela exploração da mão-de-obra. Um exemplo são as empresas britânicas que, em relação às condições de trabalho, por serem realizadas na Ásia, os produtores impõem condições de trabalho deploráveis para a dignidade humana (GALILEU, 2016).

Por se tratar de um consumo rápido, exige-se muito trabalho, levando os empregados a exaustão, por outro lado, esse vasto consumo é imposto pelas cadeias de *fast fashion* britânicas, impulsionando o consumismo.

Segundo Cietta (2010), o faturamento com a moda é elevado, em relação ao vestuário masculino e feminino e representam 10% desse faturamento, sendo que para esgotar essa demanda é necessário que haja 120 empresas e 5.500 empregados para esta grande produção.

A velocidade de resposta ao mercado é considerada a verdadeira alavanca competitiva; os custos baixos dos seus produtos são obtidos principalmente pela exploração de seus fornecedores, aos quais impõem preços e condições de entrega que levam, inevitavelmente, à exploração da mão-de-obra (CIETTA, 2010, p.19).

O intuito das grandes marcas produtoras de roupas em larga escala é tornar o barato desejável e consumido em larga escala, por isso deixam de investir em qualidade, focando os esforços na elaboração de design próximo às marcas de luxo. Com essa nova perspectiva de mercado, os anúncios passaram a circular globalmente transmitindo o ciclo natural da moda, cujas peças deixaram de ser exclusivas, além de toda a artificialidade do comportamento do movimento *Fast Fashion*.

A moda está sempre em busca de disponibilização de novidades e da descartabilidade anunciada, sendo impulsionada pelas frequentes mudanças que rodeiam a sociedade. As marcas estão relacionadas ao consumo, uma vez que está associada a toda uma cultura do lazer, do entretenimento, assim, reveste o consumo de razões positivadas como conforto, bem-estar, prazer individual, levando à cultura do corpo, como explica Bauman (2008), no capítulo 1 deste trabalho, por meio das relações consumistas no mundo líquido.

O conceito de *Fast Fashion* está ligado à produção de vestuários que visa o atendimento de um elevado número de consumidores, onde as peças de roupas são

produzidas em larga escala para grandes massas populacionais, como visto no capítulo 1 por meio do sistema toyotista. Por isso, as coleções são renovadas a partir dos elementos do momento, que se adequam às novas tendências (ECYCLE).

De acordo com Cietta (2010), o movimento *Fast Fashion* teve seu início em 1980 que, na época, em que oferecia aos consumidores preços mais acessíveis em produtos que eram tendência naquele momento, de forma que o objetivo do *Fast Fashion* era aumentar a relação da moda tradicional que estava diretamente envolvida com as escolhas dos consumidores na concepção dos produtos. Por isso, as pessoas escolhem o que consumir a partir de certo número de produtos que fazem parte de coleções sazonais. Já no modelo *Fast Fashion* é diferente, o processo criativo é contínuo e as escolhas dos consumidores são imediatamente incorporadas ao design de novos produtos.

Entretanto, o *Fast Fashion* apresenta algumas características em comum com os aspectos tradicionais da moda, como peças recriadas a partir de traços antigos, sendo coleções atuais que podem ser consideradas minicoleções semanais ou quinzenais, que não implicam em pesquisas aprofundadas. Por isso, a criação de produtos *Fast Fashion* atende os gostos locais dos consumidores de modo eficaz e direto, sendo uma de suas finalidades desenvolver as coleções com grande variedade de modelos em pequenas quantidades variadas (SEBRAE, 2015).

O sucesso dessas empresas foi, por vezes, interpretado como uma maior capacidade de oferecer, em prazos muito curtos, aquilo que o mercado premia, ou seja, a velocidade de resposta (o tempo para produzir uma nova coleção caiu de 24 meses para poucas semanas), em confronto a empresas que aplicam modelos mais tradicionais (CIETTA, 2010, p. 23).

A moda rápida é vista, de um lado, como a negação da criatividade que a moda é capaz de exprimir e, de outro, como instrumento para salvar a indústria nacional e a diferenciação das pequenas e médias empresas nacionais. No entanto, deve-se lembrar do lado obscuro do sistema *Fast Fashion*, pois por detrás desse *glamour* há uma forte presença da exploração humana em suas produções ao redor do mundo inteiro. Outro exemplo devastador dessa produção e consumo é o grande impacto ambiental no planeta, tanto com relação ao uso desenfreado de matérias primas como com o descarte de produtos na natureza. Dependendo de onde esse processo é aplicado, apresenta menor ou maior escala, gerando condições análogas

de trabalho escravo, que submetem os trabalhadores a jornadas exaustivas, muitas vezes, com condições degradantes (RECICLOTECA, 2015).

Em relação à remuneração, os profissionais da área recebem por volta de 1 a 5 reais por peça e, enquanto as mesmas são vendidas nas lojas, custam muitas vezes mais. Há uma grande problemática nesse cenário. Primeiro, a condição degradante dos empregados, e segundo, a produção de lixo têxtil, poluição e o uso excessivo de água. De acordo com a ONU, a indústria da moda está listada entre as mais poluentes do mundo, pois consome 20% das águas residuais do planeta. Estima-se que se perde cerca de US\$500 bilhões com o descarte de roupas que vão para os aterros e lixões e não são recicladas, demonstrando as desvantagens deste sistema.

3.2. O CASO PRIMARK

O trabalho escravo contemporâneo, a partir das legislações internacionais, foi esquadrinhado com o fito de sustentar argumentações, bem como para elucidar sobre os esforços no combate à prática deste tipo de exploração (REPÓRTER BRASIL, 2014).

Com relação ao trabalho no setor vestuário, verifica-se sua complexidade devido a sua cadeia produtiva e a terceirização da produção, visto que facilitam a ocorrência de fraudes à legislação trabalhista, pois dificulta a fiscalização além de afastar a responsabilidade trabalhista das empresas prestadoras de serviço, geralmente, detentoras de grandes marcas varejistas (REPÓRTER BRASIL, 2014).

As grandes marcas de roupas mundiais lucram em cima da vida de crianças, mulheres e homens que, ao trabalharem em condições análogas à escravidão, têm seus direitos humanos completamente esfacelados, quando não tem suas vidas ceifadas.

Deste modo, muitas pessoas deveriam pensar antes de comprar uma roupa, deveriam procurar conhecer o produto, identificando o local de fabricação pela etiqueta. Atualmente, percebe-se que, em grande maioria, essas roupas têm origem no Sudeste Asiático, China, Índia, dentre outros, pois são países presentes nas regiões semiperiféricas, onde há uma maior concentração de mão-de-obra barata (GALILEU, 2016).

No entanto, muitos trabalhadores da área têxtil enfrentam condições de trabalho análogas à escravidão, onde geralmente as produções são realizadas em fábricas que fornecem os produtos para famosas marcas internacionais, onde os trabalhadores encontram-se, geralmente, inseguros no ambiente de trabalho.

Esses trabalhadores são sujeitados, por diversas vezes, a assédios de todas as formas, e trabalham muito além da jornada de trabalho sem receber hora extra, pois não possuem nenhuma garantia em relação a licenças devido a doença ou acidentes de trabalho, e têm suas forças sindicais completamente anuladas pelos donos de fábricas, ou seja, os verdadeiros responsáveis.

É de grande importância ressaltar um caso em particular, conhecido pelo relato de uma intercambista brasileira que gostava de fazer suas compras nas lojas da Primark, que vendia vários acessórios da moda atual por preços acessíveis e de marcas famosas. A consumidora expôs que não conseguia comprar a mesma peça de roupa no Brasil, pois a diferença em relação à conversão era bastante alta. No entanto, a intercambista achou vantajoso por levar aquela quantidade de roupas e acessórios, mas, ao contrário do que esperava, as roupas não duraram às poucas lavagens. A partir desse momento ela se perguntou por quanto a loja tinha adquirido as peças do fornecedor e como conseguiam vender o produto por aquele baixíssimo preço? Contudo, não há muita diferença em relação a produção das lojas mais caras, como a Zara, pois ambas compram produtos dos mesmos fornecedores, porém com qualidades diferentes. A grande diferença é que as pessoas pagam pela marca, não pelo produto (DESCONSTRUÇÃO DIÁRIA, 2016).

A intercambista relatou que não se sentia culpada pelo que fez, devido as circunstâncias que vivia na época, mas depois se conscientizou e passou a ter, para si mesma, aquela experiência como um valor a ser seguido, qual seja, a luta contra o trabalho escravo. Após sua reflexão e “conscientização”, deixou de comprar compulsivamente nas Lojas da Primark como em outras lojas que estivessem ligadas historicamente à exploração de trabalho escravo contemporâneo (DESCONSTRUÇÃO DIÁRIA, 2016).

Todavia, coloca-se uma grande questão que permeia este assunto: onde faria suas compras nesse mundo globalizado? Bom, os EUA e a Europa delegaram sua produção têxtil ao exterior, principalmente, ao Sudeste Asiático, visando o “saneamento” do seu meio-ambiente e em busca de vestuários de preços baixos para realizar as produções em grande quantidade. Por outro lado, para se auto

garantir, as lojas justificam que seus fornecedores, ou seja, as fábricas, são fiscalizadas. Entretanto, na realidade, descumprem a legislação trabalhista e não seguem a lei com suas próprias políticas públicas, colecionando várias denúncias contra essa exploração trabalhista (DESCONSTRUÇÃO DIÁRIA, 2016).

Apesar disso, os consumidores finais têm um potencial para reverter essa situação. A questão para resolver essa situação e colocar o valor justo pela roupa que vestimos torna-se de fundamental importância, a conscientização de que nosso vestuário é, em sua maioria, produzido por pessoas em condições análogas a escravidão poderá se desdobrar em ações efetivas (DESCONSTRUÇÃO DIÁRIA, 2016).

Por isso, é importante refletir sobre as lojas onde compramos. No Brasil, a produção têxtil nacional ainda é alta, mas a legislação trabalhista do país, por enquanto, tem sido eficaz em comparação aos outros países (DESCONSTRUÇÃO DIÁRIA, 2016).

Para que essa situação não seja recorrente, deve-se observar as etiquetas das roupas ou histórico da loja antes de efetuar as compras e perguntar sobre os fornecedores. Atualmente, é mais fácil obter esse tipo de informação com a ajuda da tecnologia e a disseminação de informação, como por exemplo, o aplicativo “Moda Livre” utilizado para identificar quais são as empresas que utilizam esse sistema abusivo (DESCONSTRUÇÃO DIÁRIA, 2016).

3.3. Fast Fashion: Democratização ou Escravidão?

Como já demonstrado neste trabalho, o mercado *Fast Fashion* leva ao consumismo desenfreado, as produções de peças são em grande escala, por isso as peças saem mais baratas e com pouca qualidade, ou seja, uma ideia falsa de aumento da economia, como descrito no caso acima.

A indústria da moda está entre as maiores do mundo, para o ano de 2020 está previsto que o ramo movimentado gere cerca de 1,5 trilhões de dólares em todos os segmentos. O modelo *Fast Fashion*, basicamente, traz um modelo de produtos descartados constantemente e, geralmente, com muita rapidez, por isso traz uma rentabilidade para geração de empregos e produtos e custo acessível (ECYCLE).

A moda rápida não é uma coisa nova, essa troca constante se dá em razão dos atores da indústria, que são extremamente problemáticos. Esse modelo é um desenho de fabricação que se faz por meio de distribuição e venda, dentro de uma empresa.

Um dos seus objetivos é se atentar para os interesses do consumidor, evitando o encalhe de estoques, que são trocados duas vezes por semana, e o segundo é a extinção do distribuidor independente, de modo que ao reduzir o custo da roupa, você consumidor, possa renovar seu guarda roupa rapidamente.

Um dos exemplos que podemos usar, são as estratégias de lojas como a já citada Zara, que oferece um ambiente agradável e descontraído para que seu cliente se sinta em casa, colocando músicas contemporâneas, atendentes jovens e simpáticas (os), o que não ocorre nas cadeias de moda tradicionais, as roupas são expostas e os próprios clientes não são influenciados em nada. Essa estratégia é usada desde a década dos anos 70 do século XX, quando Zara foi fundada, o que significou uma grande revolução.

Mas, como tudo se inova, houve uma nova ação pela loja Magazine Riachuelo, que trouxe o desejo do consumidor para o centro do negócio. Em 2015, uma estilista brasileira conhecida produziu para a Riachuelo e essa produção foi apresentada na São Paulo *Fashion Week*, onde ela recebeu diversos clientes que já confeccionavam para a marca. No dia seguinte, as roupas recebiam seu preço em suas lojas, mais acessíveis como R\$49,90 a R\$399,90, democratizando então a marca.

A democratização da moda, traz o sentido de dar a oportunidade para classe média e o acesso as últimas tendências, que são consideradas bastante fortes na comunicação de marcas. O que foi mostrado no desfile da *Fashion Week*, foi preencher as passarelas de Paris e Milão para preencher as lojas com peças de roupas que permitissem ao consumidor do século 21, em especial as mulheres, se vestirem de acordo com os seus próprios interesses. Vale ressaltar que as companhias de *Fast Fashion* são consideradas uma das mais glamorosas, no entanto, por trás desse *glamour* há um outro lado obscuro, não há nenhuma democracia. No que diz respeito as baixas condições de trabalho em que são fabricadas partes dos produtos desse sistema, em especial nas oficinas de costura, que são fornecedoras independentes das grandes marcas (REPÓRTER BRASIL, 2016).

Os Fiscais do Ministério do Trabalho vêm atuando para punir as irregularidades, mas os padrões de sustentabilidade avançam rigorosamente. Como por exemplo, o modelo de indústria se organiza baseando-se na terceirização intensa da cadeia produtiva. Como por exemplo a Zara, em 2011, três oficinas de costura fornecedora da marca em São Paulo foram flagradas com 67 bolivianos e peruanos em condições análogas à de escravos. A equipe registrou inúmeras contratações ilegais, como trabalho infantil em condições degradantes. Houve uma investigação profunda feita na Zara, e a empresa argumentou que não tinha nenhum conhecimento das irregularidades e apontou a oficina de costura como a culpada (REPÓRTER BRASIL, 2016).

Ao analisar a situação, o Ministério decidiu anular as multas decorrentes da fiscalização em uma das oficinas, no entanto, o Juiz decidiu responsabilizar a empresa sobre as violações encontradas. Foi constatado fraude, na verdade, houve uma prestação em favor da vindicante com pessoalidade, não eventualidade, remuneração e subordinação econômica, diz a sentença, que a subordinação embora camuflada sob a aparência de terceirização, era direta aos desígnios da comerciante das confecções (REPÓRTER BRASIL, 2016).

Os casos se agravam ainda mais quando esses trabalhadores imigrantes estão em situação irregular no país, o que é comum em São Paulo. Esses trabalhadores, com medo de serem denunciados às autoridades locais e sem recursos financeiros, se submetem às condições degradantes de trabalho oferecidas, que incluem jornadas exaustivas, alojamento precário, retenção de salário, cobrança de dívidas ilegais e até a coerção física e psicológica.

Na avaliação de fiscais do governo, acostumados a atuarem em inspeções no setor, a situação é tão precária que muitos brasileiros não aceitam as condições oferecidas. Em 2014, o grande número de violações laborais no setor têxtil levou à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Assembleia Legislativa de São Paulo. O relatório final estimou o quanto uma empresa que se utiliza desse trabalho escravo deixava de gastar com o custo de trabalho (REPÓRTER BRASIL, 2016).

O documento ainda estima o quanto uma empresa que utiliza trabalho escravo deixa de gastar por trabalhador, seriam R\$2,3 mil economizados por mês. Trata-se, portanto, de uma gravíssima violação aos direitos humanos. No entanto, apesar dessa força tarefa, não houve o total livramento dessa situação, em 2016 a

Brooksfield Donna foi acusada por fiscais do governo de colocar 5 trabalhadores em circunstância de escravidão. Nesse momento, a empresa se isentou de qualquer responsabilidade, porém, deve responder por uma ação proposta pelo Ministério Público do Trabalho. Para as autoridades, a responsabilidade da marca é solidária, no entanto, o trabalho não é valorizado pela marca (REPÓRTER BRASIL, 2016).

De acordo com a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, determina que uma empresa não pode contratar outra pessoa para desempenhar a atividade fim. Como por exemplo, os empregados de uma fábrica de roupas, que atuam na confecção das peças devem ser diretamente admitidos por ela (GENJURÍDICO. 2017).

No entanto, a fábrica só poderá contratar empresas e serviços, como limpeza e vigilância. Contudo, tramita no Congresso Nacional um projeto de Lei que prevê a terceirização para qualquer atividade. A precarização do trabalho poderá se agravar, sendo os terceirizados submetidos a salários mais baixos e a jornadas mais intensas, tirando sua dignidade humana.

Pelo fato de a moda possuir um mercado muito dinâmico, em constante atualização e mudanças, e alta rotatividade no consumo, a indústria têxtil, que abastece esse setor, procura constantemente a redução de prazos e custos para o aumento da produção de lucros.

A contratação de mão de obra encareceu os custos de produção pelas grifes, o que levou a terceirizar o setor de confecção e focar apenas na comercialização dos produtos. De forma que a terceirização se apresentou como uma solução para o incremento da dinâmica produtiva, permitindo uma maior especialização da empresa.

Há que distinguir que no setor de confecções de vestuário há uma divisão entre os confeccionistas, que são aqueles que possuem etiqueta própria, e os faccionistas, que prestam serviços para as marcas. São nestas faccionistas que ocorrem todos os procedimentos de produção, revisão e as vezes até mesmo de criação das peças, e são estas as empresas terceirizadas. Na terceirização, a força de trabalho sofre a pressão de duas forças econômicas e diretivas, situação que também dificulta a atuação de entidades que limitaram esta atuação empresarial, de forma que se torna um ambiente mais propício a promover o trabalho em condições análogas ao de escravo do que nas demais relações trabalhistas.

Assim, a terceirização (qualquer que seja a modalidade) tende a promover o trabalho análogo ao de escravo mais do que uma gestão do trabalho estabelecida sem a figura de ente interposto. Deste modo, a terceirização está vinculada às piores condições de trabalho (degradantes, exaustivas, humilhantes, etc.) apuradas em todo o país. Essas afirmações podem ser avaliadas a partir do universo dos resgates de trabalhadores em condições análogas às de escravos efetuados pela fiscalização do Ministério do Trabalho.

O setor têxtil é composto pelas indústrias têxtil, fiação, modelagem, tecelagem, acabamento e tecidos de confecção. Além disso, cada uma destas etapas geralmente é feita por empresas diferentes que se especializam em determinada atividade. O setor de confecções, então, apresenta um grande número de empresas de micro e pequeno porte, pequenas oficinas de costura que fornecem peças a outras maiores, até chegar à grande empresa do ramo, que detém a marca. Como a produção da peça pode ser terceirizada, cabe a empresa final desta cadeia a venda do estilo, da marca, do conceito. Como a cadeia produtiva foi bastante diluída até chegar ao último elo, e devido a distribuição da produção para diversos fornecedores terceirizados, o tomador do serviço e beneficiário final fica afastado da responsabilidade direta pelos encargos trabalhistas.

Assim, fica evidenciado o cenário perfeito para a prática de fraudes, dificultando a fiscalização de toda esta cadeia produtiva, o que possibilita a dissimulação da exploração da mão de obra urbana em condições análogas à de escravo neste intrincado mundo da moda.

É notório que existem atualmente no Brasil trabalhadores em situações análogas às de escravo, burlando a legislação e a fiscalização do Estado. Segundo a OIT, o grande motivo para a perpetuação desse meio inescrupuloso de aquisição de lucro é a certeza da impunidade.

Em reação a esta prática de trabalho escravo contemporâneo é importante evidenciar o papel do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho, com a adoção de importantes medidas de repressão com repercussão pecuniária, como a propositura de Ações Cíveis Públicas por Danos Morais contra os empregadores pelas consequências causadas a esses trabalhadores.

Além disso, políticas públicas foram adotadas no sentido de mudar o rumo desse modelo de produção capitalista, que de forma dramática vem vitimizando

várias famílias, geralmente em condição de risco social, oriundas de locais onde ocorrem situações de miséria.

No plano legislativo, após a abolição da escravidão pela Lei Aurea, em 1888, o Brasil se alinhou no sentido de coibir a existência de labor escravo em seu território, tornando-se signatário de diversas Convenções sobre o tema. A Convenção sobre a Escravatura emendada pelo Protocolo suplementar e a Convenção Suplementar foram aprovadas pelo Decreto Legislativo nº 66/1965 e promulgadas pelo Decreto nº 58.563/1966 (PLANALTO).

Mediante o Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957, foi promulgada no Brasil a Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, concernente ao trabalho forçado ou obrigatório, consubstanciando o compromisso, assumido pelo Estado brasileiro, de suprimir o emprego do trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas no mais curto prazo possível (OIT, 1998).

Adotada em 28.06.1930, ratificada pelo Brasil em 25.04.1957 e aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 24/1956, a referida Convenção passou a definir o trabalho forçado ou obrigatório como “todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade”. O Brasil também ratificou, em 18.06.1965, a Convenção nº 105 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, concernente à abolição do trabalho forçado, adotada em 25.06.1957 (JUSBRASIL, 2017).

Aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 20/1965 e promulgada pelo Decreto nº 58.822, de 14 de julho de 1966, a referida convenção obriga os Estados-membros a adotar medidas eficazes no sentido da abolição completa do trabalho forçado, presente-se ele sob qualquer forma e sob qualquer pretexto (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Ainda, em 2015, foi adotada, pelos Chefes de Estado do Mercado Comum do Sul, a Declaração Sociolaboral do Mercosul, em que foram afirmados os compromissos dos integrantes do bloco econômico de adotar as medidas necessárias para eliminar toda forma de trabalho forçado ou obrigatório exigido de um indivíduo sob ameaça de sanção ou para o qual não tenha se oferecido espontaneamente (artigo 8, § 1) e adotar medidas para assegurar a abolição de toda utilização de mão-de-obra que propicie, autorize ou tolere o trabalho forçado ou obrigatório (artigo 8, § 2). Neste sentido, é que são planejadas e construídas ações

na busca da efetividade dos direitos fundamentais e agrupam esforços de diversas entidades, civis e governamentais, como o Ministério Público, os órgãos do Poder Executivo, do Poder Judiciário, Sindicatos, entre outros (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido à condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito a percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste artigo. A implementação deste plano trouxe resultados positivos pois, segundo a OIT, houve melhoria na fiscalização e na repressão dos trabalhos forçados, bem como na conscientização dos trabalhadores quanto aos seus direitos (PLANALTO).

Por conseguinte, defende-se que essa prática seja superada e a empresa se responsabilize pela produção, mesmo que ainda exista muito o que fazer para avançar nos objetivos pretendidos na erradicação do trabalho análogo ao de escravo e dignidade do trabalhador, onde o incremento das ações existentes e a implementação de novas medidas com certeza contribuem para este fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente investigação propôs um estudo acerca da exploração da mão-de-obra decorrente dos países periféricos e a forma como a sociedade se comporta diante dessa situação em um mundo globalizado. Iniciamos com um breve apanhado histórico sobre o cenário da organização do trabalho com origem na Revolução Industrial para compreender como se deu, no início da globalização, as novas reorganizações de trabalho, como o Toyotismo. Essas novas organizações refletiram não só nos meios laborais, mas no comportamento social, quando os indivíduos acentuaram um estilo de vida baseado no “viver para consumir”, como explica Bauman (2008), sublinhando que suas relações interpessoais também são pautadas nessa ação.

A crescente nitidez dos efeitos colaterais do consumo desenfreado é observada na divisão do trabalho analisada por Wallerstein (2004) e Arrighi e Drangel (1986), onde os países mais poderosos economicamente detêm certa influência sobre os países mais fracos. Essa relação de poder é um dos fatores cruciais para compreender o funcionamento da economia nos países centrais e países periféricos, em que o centro possui maior influência no mercado, demandando uma mão-de-obra barata para suprir a exigência do consumo cada vez mais elevado.

Seguindo essa mesma lógica, Guy Standing (2011) aborda o precariado (proletariado precário), demonstrando o quanto a globalização colabora para a divisão das classes sociais. Ademais, nota-se o surgimento de classes globais distribuídas, decorrentes do aumento da desigualdade e do avanço para uma maior flexibilização do trabalho.

Considerando a emergência de novas organizações de trabalho globalizadas e a soberania dos estados centrais sobre os estados periféricos, observamos o surgimento da *Fast Fashion*. Esse modelo de mercado, assim como o Toyotismo, adota a política do *Just-in-Time*, produzindo mercadorias de acordo com a demanda e atualizando-as quinzenalmente.

Assim, como há um imediatismo nos modos de consumo presentes na *Fast Fashion*, também é possível observar essa urgência nos meios de produção. Logo, para suprir a demanda e obter lucros, esse modelo mercadológico aposta em trabalhadores localizados nas periferias e/ou semiperiferias por oferecerem custos

mais baixos aos contratantes. No entanto, os salários não são os únicos elementos preocupantes nesse sistema, pois em grande parte das fábricas, as condições são insalubres, não há direitos trabalhistas, indivíduos de diversas faixas etárias são admitidos, em sua maioria mulheres e crianças, e são submetidos a longas jornadas de trabalho.

Ponderando sobre a situação da exploração da mão-de-obra, compreende-se que boa parte dessa responsabilidade recai sobre todos os consumidores, pois é possível tornar as formas de consumo mais conscientes para que os indivíduos recebam o que lhes é de direito e para a preservação da vida e meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. The Stratification of the World Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone. **Review**, v. X, n. 01, 1986, p. 9-74.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

CIETTA, Enrico. **A Revolução do Fast Fashion: Estratégias e Modelos Organizativos para Competir nas Indústrias Híbridas**. 2 ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

DESCONSTRUÇÃO DIÁRIA. Roupas e calçados que valem vidas - um relato sobre a loja "Primark". 2016. Disponível em: <<https://desconstrucaodiaria.com/2016/09/28/roupas-e-calçados-que-valem-vidas-a-realidade-dos-trabalhadores-das-fornecedoras-das-grandes-marcas-de-roupa-mundiais/>>. Acesso em: 20 nov. 2020

DIGITALE TÊXTIL. O que é fast fashion e quais são seus impactos? 2020. Disponível em: <<https://www.digitaletextil.com.br/blog/o-que-e-fast-fashion/>>. Acesso em: 18 nov. 2020

ECYCLE. **O Que é Fast Fashion?**. 2018. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/5891-fast-fashion>> Acesso em: 17 nov. 2020

ESTEVIÃO, Ilca Maria. Trabalho escravo: moda é o segundo setor que mais explora pessoas. **Metrópoles**. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas-blogs/ilca-maria-estevao/trabalho-escravo-moda-e-o-segundo-setor-que-mais-explora-pessoas>>. Acesso em: 20 nov. 2020

EXAME. Mulher compra vestido e acha denúncia de trabalho escravo. 2014. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/mulher-compra-vestido-e-acha-denuncia-de-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 18 nov. 2020

GALILEU. **Escravos da moda: os bastidores nada bonitos da indústria fashion**. 2016. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/06/escravos-da-moda-os-bastidores-nada-bonitos-da-industria-fashion.html>> Acesso em: 16 nov. 2020

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

JUSBRASIL. **STF – Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**. 2017. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/513639542/medida-cautelar-na-arguicao-d>>

e-descumprimento-de-preceito-fundamental-mc-adpf-489-df-distrito-federal-0012506-2620171000000> Acesso em: 19 nov. 2020

KANITZ, Stephen. Como contra argumentar a “teoria da mais valia”, de Marx. **Stephen Kanitz: Artigos e Comentários.** 2019. Disponível em: <<https://blog.kanitz.com.br/teoria-da-mais-valia/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

KLEIN, Naomi. **Sem Logo: A Tirania das Marcas em um Planeta Vendido.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGALHAS. Indústria da moda: compliance como instrumento de prevenção e redução do trabalho escravo. 2019. Disponível em: <<https://migalhas.uol.com.br/depeso/311457/industria-da-moda--compliance-como-instrumento-de-prevencao-e-reducao-do-trabalho-escravo>>. Acesso em: 19 nov. 2020

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **C029 – Trabalho Forçado ou Obrigatório.** 1998. Disponível em: <> Acesso em: 19 nov. 2020

PLANALTO. **L7998 compilado.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7998.htm> Acesso em: 19 nov. 2020

RECICLOTECA. **Consumo, consumismo e seus impactos no Meio Ambiente.** 2015. Disponível em: <<http://www.recicloteca.org.br/consumo/consumo-e-meio-ambiente/>> Acesso em: 18 nov. 2020

REPÓRTER BRASIL. **A moda de explorar o trabalhador.** 2016. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2016/08/a-moda-de-explorar-o-trabalhador/>> Acesso em: 17 nov. 2020

REPÓRTER BRASIL. **Terceirização e o trabalho análogo ao escravo: coincidência?** 2014. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2014/06/terceirizacao-e-trabalho-analogo-ao-escravo-coincidencia/>> Acesso em: 17 nov. 2020

SEBRAE. **Como aderir ao conceito de fast fashion no varejo de moda.** 2015. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fast-fashion-ganha-destaque-no-varejo-de-moda>> Acesso em: 18 nov. 2020

STANDING, Guy. **The Precariat: The New Dangerous Class.** London: Bloomsbury, 2011.

STUDIO PIPOCA. A crise da fast fashion. 2020. Disponível em: <<https://studiopipoca.com/blogs/novidades/a-crise-da-fast-fashion>>. Acesso em: 19 nov. 2020

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental** **489.** 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF489liminar.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2020

VARGAS, Jennifer. Consumo consciente: Quem é você na fila da fast fashion? **Medium.** 2019. Disponível em: <https://medium.com/@jennifer_vargas/https-medium-com-jennifer-vargas-consumo-consciente-quem-e-voce-na-fila-do-fast-fashion-f7556eafdee7>. Acesso em: 18 nov.2020

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction.** London: Duke University Press, 2004.